

**EDITAL EXCLUSIVO À EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP,  
MICROEMPRESA - ME E MICRO-EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI.**

**Tipo:** Pregão Presencial Nº 009/2018

**Objeto:** Constitui objeto deste o Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de laboratório para realização de exames toxicológicos com coleta especializada de material, em atendimento ao artigo 168 da CLT (exames admissionais para motoristas profissionais), regulamentado pela Portaria 116/2015, conforme especificações descritas no Anexo I, parte integrante deste instrumento convocatório. Contratação exclusiva a empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempresa - ME ou Microempreendedor Individual – MEI.

**Valor Estimado: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).**

**RECIBO**

A Empresa \_\_\_\_\_ retirou este Edital de licitação e deseja  
ser informada de qualquer alteração pelo e-mail \_\_\_\_\_  
ou pelo fax \_\_\_\_\_  
Telefone de contato: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_/2018

Assinatura representante legal Doc./CNPJ

OBS: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PELO FAX: (32) 3332-5377, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO. O CISRU - CENTRO SUL NÃO SE RESPONSABILIZA POR COMUNICAÇÕES À EMPRESA QUE NÃO ENCAMINHAR ESTE RECIBO OU QUE PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NELE.

**EDITAL Nº: 010/2018**

|  |   |
|--|---|
| Processo Licitatório Nº.: <b>019/2018</b> de 23/07/2018<br>Credenciamento e abertura: <b>06/08/2018 de 13h30 até o início da sessão para abertura dos envelopes.</b> | Pregão Presencial Nº.: <b>009/2018</b> (Registro de Preços)<br>Tipo: <b>Menor preço por item</b><br>Local: Sede do CISRU Centro Sul – Barbacena/MG<br>(em frente ao Parque de Exposições) |
|--|---|

**EXCLUSIVO À EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP,  
MICROEMPRESA - ME E MICRO-EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI.**

**I – PREÂMBULO**

1 – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência Centro Sul – CISRU - Centro Sul, com endereço na Rodovia BR-265, N.º 1.501, Bairro Grogotó, em Barbacena/MG, CEP 36.202-630, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.938.399/0001-72, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 019/2018**, na modalidade **Pregão Presencial nº 009/2018**, com a finalidade de selecionar propostas de **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, Lei Complementar 123/2006, com alterações introduzidas pela Lei Complementar 147/2014, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações posteriores e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. O pregão será conduzido pela Pregoeira Mercês Ribeiro Santiago e equipe de apoio, designados pelo Ato nº 029 de 06 de julho de 2018.

2 – O credenciamento e abertura dos envelopes serão realizados de **13h30 até o início da sessão no dia 06 de agosto de 2018**, momento no qual deverão ser entregues os envelopes “Credenciamento”, “Proposta Comercial” e “Habilitação”, no CISRU – Centro Sul.

3 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

3.1 – Anexo I – Termo de Referência;

3.2 – Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

3.3 – Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento;

3.4 – Anexo IV – Modelo de Declaração de Habilitação;

3.5 – Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

3.6 – Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços e de Contrato;

3.7 – Anexo VII – Modelo de Declaração de Cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil;

**II – OBJETO**

1 - Constitui objeto deste o Registro de Preços a futura e eventual contratação de laboratório para realização de exames toxicológicos com coleta especializada de material, em atendimento ao artigo 168 da CLT (exames admissionais para motoristas profissionais), regulamentado pela Portaria 116/2015, conforme especificações descritas no Anexo I, parte integrante deste instrumento convocatório. Contratação exclusiva a empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempresa - ME ou Microempreendedor Individual – MEI.

**III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

1 - A participação nesta licitação é restrita às Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto

desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informado no preâmbulo.

1.1 - Consideram-se **Microempresa (ME)**, **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** e **Microempreendedor Individual (MEI)** aptos à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas posteriores alterações.

2 - Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

2.1 - Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

2.2 - Estiverem suspensas para licitar e contratar com o CISRU – Centro Sul.

2.3 - Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

2.4 - Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado no CISRU – Centro Sul.

2.5 - Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

2.6 - Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

2.7 - Não se enquadrem na condição de **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** ou **Microempreendedor Individual (MEI)**, nos termos do Art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas posteriores alterações.

3 - É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma licitante na presente licitação.

4 - Cada licitante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.

5 - A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

6 - A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

7 - A participação em licitação, expressamente reservada à **Microempresa (ME)**, **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** e **Microempreendedor Individual (MEI)**, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o CISRU – Centro Sul, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais (Acórdão TCU 298/2011 – Plenário).

#### **IV – CREDENCIAMENTO**

1 - Horário do credenciamento: **a partir de 13h30 do dia 06/08/2018 até o início da sessão para abertura dos envelopes.**

2 - Os representantes das Empresas deverão se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira, devidamente munidos de: carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame (carta de credenciamento – conforme modelo no Anexo III) ou procuração por instrumento público ou particular, através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.

3 - Cópia do Estatuto ou Contrato Social atualizado e documento de identidade e CPF dos sócios.

4 - O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo III e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.

5 - Declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação; o teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, conforme modelo no Anexo IV.

6 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto a Pregoeira implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

**7- Documentos para comprovar a condição de microempresa:**

**7.1 – Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial competente COM DATA POSTERIOR A 30 DE ABRIL DE 2018, demonstrando o enquadramento de microempresa de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa Nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;**

**7.2 - Declaração referente ao § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006 (conforme anexo V);**

**8 - O Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, expedido no Portal do Empreendedor.**

## **V – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE CREDENCIAMENTO, PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

1 – Os documentos de Credenciamento, Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues a Pregoeira no momento do Credenciamento para este certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE 1  
A PREGOEIRA DO CISRU - CENTRO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018  
“CREDENCIAMENTO”  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

ENVELOPE 2  
A PREGOEIRA DO CISRU - CENTRO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018  
“PROPOSTA COMERCIAL”  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

ENVELOPE 3  
A PREGOEIRA DO CISRU - CENTRO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018  
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

## **VI – PROPOSTA COMERCIAL**

1 – A proposta deverá ser redigida em uma via, preferencialmente em papel timbrado da firma, se houver, com carimbo do CNPJ, com clareza, sem emendas, rasuras, borrões ou ressalvas, nem condições escritas à margem, rubricada, datada e assinada pelo proponente.

**2 – A mesma deverá apresentar o PREÇO POR ITEM, contendo especificações do objeto inclusive a marca, o valor unitário e total numérico de cada item e do lote além de numérico e por extenso do valor total da proposta, expressos em reais (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.**

3 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor unitário orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se

como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

4 - Incluir todos os impostos, taxas, seguros, fretes e outros encargos incidentes;

5 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação;

6 - Serão desclassificadas as propostas que não se enquadrem nas especificações exigidas, que apresentarem preços excessivos (incompatíveis com os preços de mercado) ou manifestamente inexequíveis (art. 48 da Lei nº 8.666/93).

7 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

7.1 - A simples apresentação da proposta implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nela contidas e não serão aceitas condições impostas que não constem neste instrumento convocatório.

7.2 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

## **VII – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

1 - A habilitação será feita mediante apresentação em original ou cópia autenticada por cartório pela Pregoeira ou ainda, integrante da Equipe de Apoio, publicação em órgão da imprensa oficial, dos seguintes documentos:

1.1 - PROVA DE CAPACIDADE JURÍDICA, por intermédio dos seguintes documentos:

1.1.1 - cédula de identidade e comprovante de registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e carteira de identidade dos sócios.

1.1.3 - em se tratando de sociedade comercial e, em caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores e carteira de identidade dos sócios.

1.1.4 - inscrição do ato constitutivo na entidade competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

1.1.5 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**1.1.6 - Os documentos relacionados nos itens 1.1.1 a 1.1.5 deste Título não precisarão constar do Envelope “Documentação de Habilitação”, pois já constam no Envelope “Credenciamento”;**

1.2 - PROVA DE REGULARIDADE FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA, por intermédio dos seguintes documentos:

1.2.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se a empresa é individual;

1.2.2 - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal inclusive quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, devendo ser, esta última, a do Município em que estiver localizada a sede ou domicílio da empresa;

1.2.3 - Por força do Decreto Nº 8.302 de 04 de setembro de 2014 a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União substitui a apresentação do Documento comprobatório de regularidade relativo à Seguridade Social – CND, emitido pelo INSS.

1.2.4 - Documento comprobatório de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

1.2.5 - Documento comprobatório de regularidade relativo a débitos trabalhistas - CNDT, expedido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

1.3 - PROVA DE REGULARIDADE TÉCNICA, por intermédio dos seguintes documentos:

- 1.3.1 – Alvará da Vigilância Sanitária expedido por órgão competente.
- 1.3.2 – Alvará de localização e funcionamento da empresa.
- 1.3.3 – Cópia da Carteira do responsável técnico expedida pelo Conselho Regional competente ou documento equivalente que comprove a capacidade técnica para realização dos exames. (RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LABORATÓRIO);
- 1.3.4 – Cópia do contrato ou instrumento equivalente autenticado que comprove o vínculo com o laboratório, ao qual será enviado o material para realização dos exames (exigido apenas nos casos de subcontratação);
- 1.3.5 – Cópia do Certificado de Acreditação do laboratório contratado expedido pelo CAP-FDT ou Inmetro, de acordo com a Portaria 116/2015 do Ministério do Trabalho, ou cópia de Portaria do DENATRAN que comprove o credenciamento do laboratório que realizará os exames toxicológicos junto a este órgão;
- 1.3.4 - 01 (um) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de exames toxicológicos.
- 1.4 - PROVA DE CAPACIDADE ECONOMICA-FINANCEIRA:
- 1.4.1 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- 1.5 - Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **assinada pelo representante legal do licitante** (conforme anexo VIII).
- 2 – A Pregoeira poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal, na internet, para certificação sobre a regularidade da inscrição da Empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação.
- 3 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, exceto fac-símile, autenticada por cartório competente. Os documentos extraídos pela internet estão isentos de autenticação.**
- 3.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais ou cópias autenticadas pelo cartório sejam apresentados a Pregoeira ou à Equipe de Apoio para autenticação, após a protocolização;
- 3.2 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.
- 4 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do Pregão.
- 5 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 4.6.5 do Título VIII.
- 6 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 7 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Ato Convocatório e seus Anexos deverá a Pregoeira considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006.
- 7.1 - As ME/EPP/MEI deverão apresentar toda a documentação exigida na habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
- 7.2 - Havendo necessidade de **regularização da documentação fiscal que compõe a Documentação de Habilitação**, a licitante vencedora, **em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, esta terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da análise da habilitação, prorrogáveis por igual

período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.1 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal, previdenciária e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à CPL.

7.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará na decadência do direito, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93;

## **VIII – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO**

1 – Após o credenciamento e identificação dos representantes das Empresas, a Pregoeira, no horário previsto, declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novas licitantes, efetuando a conferência dos envelopes contendo a “Proposta Comercial” e os “Documentos de Habilitação”, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

### **2 – Classificação das Propostas Comerciais**

2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;

2.2- A Pregoeira classificará o autor da proposta de menor preço unitário e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço global, para participarem dos lances verbais;

2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas;

### **3 – Lances Verbais**

3.1 - Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais;

3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances;

3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

### **4 – Julgamento**

4.1 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE.

4.2- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor.

4.2.1 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3 - Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, a Pregoeira deverá negociar para que seja obtido melhor preço.

4.4 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

4.4- Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto proposto.

4.5 - Se a proposta não for aceita ou a licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente e sua qualificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação da licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente,

até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto.

5 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas licitantes.

6 - Decididos os recursos ou transcorrido “in albis” o prazo para sua interposição, bem como após a assinatura do contrato com a licitante vencedora, a Pregoeira devolverá as demais licitantes os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

7 - “No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação” (TCU – Licitações e Contratos – 3ª Edição – pág. 213).

**8 - A licitante vencedora deverá encaminhar à Pregoeira, no endereço citado à fl.1 deste Edital, até 48 (quarenta e oito) horas após a realização do Pregão, sob pena de desclassificação, a Proposta Comercial conforme Anexo I. AJUSTADA AO PREÇO FINAL, com identificação da Empresa licitante, CNPJ e assinada pelo seu representante legal ou credenciado.**

## **IX – IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS**

1 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes até o 2º dia útil que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser remetida via Correios no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ou protocolizadas na sala do Setor de Licitações na sede do Consórcio. As impugnações deverão ser dirigidas a Pregoeira, que decidirá sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente;

1.1 - O CISRU - Centro Sul não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas, e caso não tenha sido acusado recebimento pela Pregoeira, e que, por isso, sejam intempestivas.

1.2 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

1.3 - A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada no *site* do CISRU - Centro Sul e no *site* [www.amver.org.br](http://www.amver.org.br) para conhecimento de todos os interessados.

2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

3 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

5 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fac-símile ou correio eletrônico (e-mail).

## **X – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

1 - A adjudicação do objeto licitado será feita pelo **menor preço por lote**.

2 - Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.



3 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

#### **XI – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

1 - Encerrado o procedimento licitatório, os representantes legais das propostas classificadas em 1º (primeiro) lugar no presente certame, serão convocados para assinarem a Ata de Registro de Preços, conforme **Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo VI)** e proposta aceita.

2 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o CISRU Centro Sul e as Empresas que apresentarem as propostas classificadas em 1º (primeiro) lugar no presente certame **terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

3 - Os representantes legais das propostas vencedoras deverão assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento da comunicação. E na medida da formalização dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, os representantes deverão assiná-los no mesmo prazo.

4 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, ou recuse-se a assiná-la, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, bem como aqueles que deixarem de assinar o referido documento no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pelo CISRU - Centro Sul, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, **sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato a ser firmado e mais a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;**

#### **XII – DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

1 – **A coleta do material para a realização dos exames deverá ser feita no laboratório contratado (ou posto de coleta) e enviado dentro das normas e com total segurança ao laboratório especializado em toxicologia para os casos de subcontratação do serviço.**

2 - A empresa deverá atender aos quantitativos estabelecidos neste edital.

3 - Para fins de controle do disposto no item anterior, durante a execução contratual a Contratada deverá encaminhar ao CISRU Centro Sul, relatório com a quantidade total de exames realizados no mês, constando nome do funcionário.

#### **XIII - DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1 – O serviço deverá ser realizado em seu próprio estabelecimento (ou posto de coleta) no município de Barbacena/MG, sede do CISRU Centro Sul, em atendimento aos motoristas profissionais do Consórcio (condutores socorristas) que exercem suas funções no Complexo Regulador e nas bases descentralizadas, mediante encaminhamento em modelo próprio.

2.1 - Prazos para execução dos serviços:

2.1.1 - Os exames serão agendados pelo Setor de RH do Consórcio e seus resultados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) no mesmo setor.

3 - A Contratada será responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários, despesas eventuais, despesas incidentes sobre os serviços prestados que porventura sobrevier do presente objeto, bem como pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações decorrentes da realização de suas atividades, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que vier a

empregar para a execução dos serviços, ora objetivados, inclusive as decorrentes de assembleias, convenções, acordos ou dissídios coletivos.

4 - Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas aplicáveis à matéria, com a perfeição e zelo exigíveis na realização dos procedimentos objetivados pelo presente certame.

5 - A Contratada deverá tratar os funcionários encaminhados pelo CISRU Centro Sul com respeito e urbanidade, e com rigorosa observância das regras de Deontologia Médica aplicáveis a esta natureza de serviço.

6 - Os relatórios apresentados pela Contratada deverão ser vistoriados pelo Setor de Recursos Humanos do CISRU Centro Sul e Gerência de Logística, o quais ficarão responsáveis pela fiscalização da execução contratual, após verificação acerca da correção dos dados deles constantes.

#### **XIV - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

1 - A nota fiscal deverá ser emitida e enviada até o 5º dia do mês subsequente à realização dos serviços para o e-mail: [compras@cisru.saude.mg.gov.br](mailto:compras@cisru.saude.mg.gov.br) ou para o endereço do CISRU Centro Sul;

2 - O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária, preferencialmente no Banco do Brasil S/A, devendo para isto ficar explicitado número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito ou ainda emissão de boleto bancário pela contratada;

3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

5 - O CISRU Centro Sul se reserva no direito de não efetuar o pagamento de consultas não realizadas no quantitativo total;

6 - É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, antes de ser completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-limite da assinatura da Ata, indicada no título XI do presente Edital;

7 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico financeiro entre as partes.

#### **XV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1 – As despesas deste processo correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, as quais serão apontadas pelo setor de Contabilidade no ato que anteceda cada aquisição, conforme dispõe o Art. 7º, parágrafo 2º do Decreto Federal 7.892/2013. As informações estarão presentes nos Contratos, ordens de compras ou outros instrumentos substitutivos a estes.

#### **XVI – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou a recusa do contratado em assiná-lo, dentro do prazo estabelecido pelo contratante, bem como o seu atraso, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades.

c) Rescisão do termo de contrato, sujeitando-se a contratada ao pagamento de indenização por perdas e danos à contratante.

d) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso, durante o qual, sem justa causa, não for cumprido o prazo fixado na proposta, acumulável com as demais sanções, que poderá ser descontada em eventuais créditos existentes junto ao CISRU - Centro Sul.

e) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme a forma do art.87, IV da Lei n.º 8.666/93.

f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2 - O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

3 - As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

4 - Rescisão unilateral da ata de registro sujeitando-se ao pagamento de indenização, por perdas e danos, quando couber.

## **XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

1 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

2 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

4 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

6.1 - Se houver solicitação de documentos, estes poderão ser enviados, no momento da sessão, via fac-símile, e, posteriormente, deverão ser enviados a Pregoeira em até 48 (quarenta e oito) horas, em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio;

6.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

7 - As decisões do Presidente do CISRU - Centro Sul e da Pregoeira serão publicadas no "Mural de Avisos e Publicações - órgão oficial de imprensa do CISRU - Centro Sul".

8 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

9 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o CISRU - Centro Sul revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente

comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

10 - O CISRU - Centro Sul poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

11 - Para atender a seus interesses, o CISRU - Centro Sul reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

12 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no endereço [www.amver.org.br](http://www.amver.org.br), também poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação, no endereço sito à fl. 1 deste.

12.1 - As Empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites [www.amver.org.br](http://www.amver.org.br) e as publicações no “Mural de Avisos e Publicações – órgão oficial”, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

13 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do e-mail: [licitacao@cisru.saude.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisru.saude.mg.gov.br), via Telefax (32) 3332-5377.

14 - Fica eleito o foro da Comarca de Barbacena, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Barbacena, 24 de julho de 2018.

Mercês Ribeiro Santiago  
Pregoeira Oficial do  
CISRU - Centro Sul

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA /**  
**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 019/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº: 009/2018**

Em razão do disposto nos artigos 7º, § 2º, II da Lei nº. 8.666/93, e 8º, incisos I e II, do Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000, cumpre-se apresentar o estudo preliminar denominado “Projeto Básico/Termo de Referência”, com objetivo de reunir elementos necessários e suficientes à caracterização do objeto a ser contratado, fornecendo subsídios para a montagem do presente termo.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E CONDIÇÕES COMERCIAIS PARA**  
**A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**1. OBJETO:**

1.1 Constitui objeto deste o Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de laboratório para realização de exames toxicológicos com coleta especializada de material, em atendimento ao artigo 168 da CLT (exames admissionais para motoristas profissionais), regulamentado pela Portaria 116/2015, conforme especificações descritas no Anexo I, parte integrante deste instrumento convocatório. Contratação exclusiva a empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempresa - ME ou Microempreendedor Individual – MEI.

**2. JUSTIFICATIVA:**

2.1 - A realização desse Processo se faz necessária para o cumprimento de legislação vigente, mais especificamente em atendimento à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e regulamentações do Ministério do Trabalho, visando atender as exigências para a admissão de motoristas profissionais (condutores socorristas) do CISRU Centro Sul, em virtude da realização do concurso público e, conseqüentemente a contratação dos candidatos aprovados.

**3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

**LOTE ÚNICO**

| ITEM  | TIPO DE EXAME  | QUANT. | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|---|--|--------|-----------------|-----------------|
| 01  | Toxicológico de larga janela para exames admissionais atendendo aos parágrafos 6º e 7º do artigo 168 da CLT. | 120    | 220,00          | 26.400,00       |
| <b>Valor total: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)</b> |  |        |                 |                 |

**4. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 – O serviço deverá ser realizado em seu próprio estabelecimento (ou posto de coleta) no município de Barbacena/MG, sede do CISRU Centro Sul, em atendimento aos motoristas profissionais do Consórcio (condutores socorristas) que exercem suas funções no Complexo Regulador e nas bases descentralizadas, mediante encaminhamento em modelo próprio.

4.1.1 - Prazos para execução dos serviços:

4.1.2 - Os exames serão agendados pelo Setor de RH do Consórcio e seus resultados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias no mesmo setor.

4.1.3 - A Contratada será responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários, despesas eventuais, despesas incidentes sobre os serviços prestados que porventura sobrevier do presente objeto, bem como pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações decorrentes da realização de suas atividades, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que vier a empregar para a execução dos serviços, ora objetivados, inclusive as decorrentes de assembleias, convenções, acordos ou dissídios coletivos.

4.1.4 - Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas aplicáveis à matéria, com a perfeição e zelo exigíveis na realização dos procedimentos objetivados pelo presente certame.

4.1.5 - A Contratada deverá tratar os funcionários encaminhados pelo CISRU Centro Sul com respeito e urbanidade, e com rigorosa observância das regras de Deontologia Médica aplicáveis a esta natureza de serviço.

4.1.6 - Os relatórios apresentados pela Contratada deverão ser vistoriados pelo Setor de Recursos Humanos do CISRU Centro Sul e Gerência de Logística, o quais ficarão responsáveis pela fiscalização da execução contratual, após verificação acerca da correção dos dados deles constantes.

## **5 - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

5.1 - A nota fiscal deverá ser emitida e enviada até o 5º dia do mês subsequente à realização dos serviços para o e-mail: [compras@cisru.saude.mg.gov.br](mailto:compras@cisru.saude.mg.gov.br) ou para o endereço do CISRU Centro Sul;

5.2 - O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária, preferencialmente no Banco do Brasil S/A, devendo para isto ficar explicitado número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito ou ainda emissão de boleto bancário pela contratada;

5.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

5.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

5.5 - O CISRU Centro Sul se reserva no direito de não efetuar o pagamento de consultas não realizadas no quantitativo total;

5.6 - É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, antes de ser completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-limite da assinatura da Ata, indicada no título XI do presente Edital;

5.7 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico financeiro entre as partes.

## **6. METODOLOGIA:**

6.1 - O critério de aceitação das propostas será o REGISTRO DE MENOR PREÇO POR ITEM e de acordo com as especificações do objeto.

6.2 - Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, a Pregoeira deverá negociar particularmente com o detentor da mesma para que seja obtido melhor preço.

6.3 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração

de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital.

6.4 - A empresa à qual for adjudicado o objeto do certame deverá apresentar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da adjudicação uma nova proposta adequada ao valor final obtido, resultado da negociação a ser realizada após a fase de lances.

## **7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 – As despesas deste processo correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, as quais serão apontadas pelo setor de Contabilidade no ato que anteceda cada aquisição, conforme dispõe o Art. 7º, parágrafo 2º do Decreto Federal 7.892/2013. As informações estarão presentes nos Contratos, ordens de compras ou outros instrumentos substitutivos a estes.

## **8. DA VIGÊNCIA:**

8.1 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o CISRU Centro Sul e as Empresas que apresentarem as propostas classificadas em 1º (primeiro) lugar no presente certame **terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

9.1 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

9.2 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o CISRU Centro Sul revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

Barbacena, 24 de julho de 2018.

Mercês Ribeiro Santiago  
Pregoeira Oficial do CISRU Centro Sul

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

.....timbre ou identificação do licitante.....

AO

CISRU - Centro Sul

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2018

Nome do Responsável legal da Empresa: \_\_\_\_\_

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº do RG \_\_\_\_\_

Nº do tel : \_\_\_\_\_ E-mail : \_\_\_\_\_

Dados bancários da conta jurídica: Agência \_\_\_\_\_ C/C \_\_\_\_\_

**LOTE ÚNICO**

| ITEM                                  | TIPO DE EXAME  | QUANT. | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|---------------------------------------|--|--------|-----------------|-----------------|
| 01                                    | Toxicológico de larga janela para exames admissionais atendendo aos parágrafos 6º e 7º do artigo 168 da CLT. | 120    |                 |                 |
| <b>Valor total: R\$ _____ (_____)</b> |  |        |                 |                 |

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 00.000,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que os preços consignados nesta proposta abrangem todos os custos diretos e indiretos necessários para prestação dos serviços.

A simples apresentação da proposta implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste Edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nela contidas e não serão aceitas condições impostas que não constem neste Instrumento Convocatório.

Com a apresentação da presente proposta comercial, esta empresa se responsabiliza pela garantia e entrega dos serviços nos prazos e quantidades estabelecidos, bem como em perfeitas condições e restituí-los gratuitamente na hipótese de não atenderem as condições especificadas neste Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura e identificação da empresa



### ANEXO III

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 019/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº: 009/2018**

### CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, credenciamos o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade n.º \_\_\_\_\_, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da Empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura:

**Obs.:** identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da Empresa.

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, sob as penalidades da Lei, que a empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº. ...., com sede na ..... cidade ..... encontra-se **HABILITADA** para participar do Processo Licitatório nº 019/2018, Pregão Presencial nº 009/2018, nos ditames da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal 8.666/93.

....., .....de ..... de 2018.

---

**Razão Social da Empresa**  
**Nome do responsável/procurador**  
**Cargo do responsável/procurador**  
**N.º do documento de identidade.**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO**

**AO**

**CISRU - Centro Sul**

**At. – Comissão Permanente de Licitações**

**Processo nº: 019/2018 - Pregão Presencial nº: 009/2018 - Edital nº 010/2018.**

**(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:**

**DECLARAR, ciente das sanções legais que não se encontra em nenhuma das situações elencadas no § 4º do art. 3º da LC 123/2006 para fins de participação no processo licitatório em pauta.**

**Por ser verdade assina a presente.**

**....., ..... de ..... de 2018.**

**Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade.**

## ANEXO VI

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 019/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2018**

### **MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA CENTRO SUL - CISRU CENTRO SUL** por Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com endereço na Rodovia BR-265, N.º 1.501, Bairro Grogotó, Barbacena/MG, CEP 36.202-630, inscrito no CNPJ sob o n.º. 11.938.399/0001-72, representado pelo seu Presidente, Sr. José de Freitas Cordeiro, inscrito no CPF 245.186.116-91, portador da CI n.º M 855430, residente e domiciliado na Rua Marquês de Bonfim, n.º152, Bairro Praia em Congonhas/MG, a seguir denominado **ÓRGÃO GESTOR, RESOLVE** registrar os preços visando à contratação de laboratório para realização de exames toxicológicos com coleta especializada de material, em atendimento ao artigo 168 da CLT (exames admissionais para motoristas profissionais), regulamentado pela Portaria 116/2015, conforme especificações descritas no Anexo I, parte integrante deste instrumento convocatório. Contratação exclusiva a empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempresa - ME ou Microempreendedor Individual – MEI CISRU Centro Sul à empresa ....., inscrita no CNPJ sob o N.º ....., estabelecida na ....., cuja proposta foi classificada no certame, Processo Licitatório N.º. 019/2018 – Pregão Presencial N.º. 009/2018, adiante denominada FORNECEDOR, nos termos da Lei Federal 8.883/94 e das demais normas legais aplicáveis, e ainda regido o presente certame pela Lei Federal n.º. 10.520/02, Decreto Federal n.º 7.892/13, Lei Complementar 123/2006, com alterações introduzidas pela Lei Complementar 147/2014, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a qual apresenta sequência de classificação observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se segue:

#### **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

1 - Constitui objeto deste o Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de laboratório para realização de exames toxicológicos com coleta especializada de material, em atendimento ao artigo 168 da CLT (exames admissionais para motoristas profissionais), regulamentado pela Portaria 116/2015, conforme especificações descritas no Anexo I, parte integrante deste instrumento convocatório. Contratação exclusiva a empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempresa - ME ou Microempreendedor Individual – MEI.

1.1 – Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos o Edital N.º 010/2018 e seus Anexos.

2 – APRESENTAÇÃO: o produto objeto desta Licitação deverá ser apresentado de acordo com as necessidades do CISRU - Centro Sul, nas quantidades solicitadas nas ordens de fornecimento e de acordo com as normas da ABNT.

#### **CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos da legislação pertinente.

4 – Nos termos do art. 15, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, **durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CISRU - Centro Sul NÃO será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, o produto referido na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras.**

5 – Ocorrendo qualquer das hipóteses no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com alterações que lhe foi impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para prestação dos serviços constantes no objeto.

### **CLÁUSULA IV – DO PREÇO**

7 – O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o seguinte, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial Nº 009/2018:

1º Preço: \_\_\_\_\_

| ITEM | TIPO DE EXAME | QUANT. | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|---------------|--------|-----------------|-----------------|
|------|---------------|--------|-----------------|-----------------|

8 – Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial Nº 009/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

9 – Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão Presencial Nº 009/2018, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

### **CLÁUSULA V – DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

10 – **A coleta do material para a realização dos exames deverá ser feita no laboratório contratado (ou posto de coleta) e enviado dentro das normas e com total segurança ao laboratório especializado em toxicologia para os casos de subcontratação do serviço.**

11 - A empresa deverá atender aos quantitativos estabelecidos neste edital.

12 - Para fins de controle do disposto no item anterior, durante a execução contratual a Contratada deverá encaminhar ao CISRU Centro Sul, relatório com a quantidade total de exames realizados no mês, constando nome do funcionário.

### **CLÁUSULA VI - DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13 – O serviço deverá ser realizado em seu próprio estabelecimento (ou posto de coleta) no município de Barbacena/MG, sede do CISRU Centro Sul, em atendimento aos motoristas profissionais do Consórcio (condutores socorristas) que exercem suas funções no Complexo Regulador e nas bases descentralizadas, mediante encaminhamento em modelo próprio.

13.1 - Prazos para execução dos serviços:

13.1.1 - Os exames serão agendados pelo Setor de RH do Consórcio e seus resultados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) no mesmo setor.

14 - A Contratada será responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários, despesas eventuais, despesas incidentes sobre os serviços prestados que porventura sobrevier do presente objeto, bem como pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações decorrentes da realização de suas atividades, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que vier a empregar para a execução dos serviços, ora objetivados, inclusive as decorrentes de assembleias, convenções, acordos ou dissídios coletivos.

15 - Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas aplicáveis à matéria, com a perfeição e zelo exigíveis na realização dos procedimentos objetivados pelo presente certame.

16 - A Contratada deverá tratar os funcionários encaminhados pelo CISRU Centro Sul com respeito e urbanidade, e com rigorosa observância das regras de Deontologia Médica aplicáveis a esta natureza de serviço.

17 - Os relatórios apresentados pela Contratada deverão ser vistoriados pelo Setor de Recursos Humanos do CISRU Centro Sul e Gerência de Logística, o quais ficarão responsáveis pela fiscalização da execução contratual, após verificação acerca da correção dos dados deles constante.

#### **CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

18 - A nota fiscal deverá ser emitida e enviada até o 5º dia do mês subsequente à realização dos serviços para o e-mail: [compras@cisru.saude.mg.gov.br](mailto:compras@cisru.saude.mg.gov.br) ou para o endereço do CISRU Centro Sul;

19 - O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária, preferencialmente no Banco do Brasil S/A, devendo para isto ficar explicitado número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito ou ainda emissão de boleto bancário pela contratada;

20 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

21 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

22 - O CISRU Centro Sul se reserva no direito de não efetuar o pagamento de consultas não realizadas no quantitativo total;

23 - É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, antes de ser completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-limite da assinatura da Ata, indicada no título XI do presente Edital;

24 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico financeiro entre as partes.

#### **CLÁUSULA VIII – DO RECURSO FINANCEIRO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

25 – As despesas desta Ata correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, as quais serão apontadas pelo setor de Contabilidade no ato que anteceda cada aquisição, conforme dispõe o Art. 7º, parágrafo 2º do Decreto Federal 7.892/2013. As informações estarão presentes nos Contratos, ordens de compras ou outros instrumentos substitutivos a estes.

#### **CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES**

26 – A recusa injustificada de assinar a Ata, pelas empresas com propostas classificadas na Licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no item 8 da Cláusula IV do presente instrumento de registro, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, ao critério da Administração.

27 – O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

28 – Ficam estabelecidas as seguintes sanções:

a) advertência;

- b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso, durante o qual, sem justa causa, não for cumprido o prazo fixado na proposta, acumulável com as demais sanções, que poderá ser descontada em eventuais créditos existentes junto ao CISRU - Centro Sul;
- c) suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;
- d) suspensão temporária de participar em Licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29 – O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

30 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de guia própria emitida pelo Consórcio, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

31 – As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### **CLÁUSULA X – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

32 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao § 1º do art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29/06/1995, ao art. 3º, § 1º, da Medida Provisória 1.488-16, de 02/10/1996 e demais legislações pertinentes, **é vedado qualquer reajustamento de preços, a não ser que seja comprovado a quebra do equilíbrio econômico financeiro entre as partes** como trata o art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93, até que seja completado o período de 12 (doze) meses, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial Nº 009/2018, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.

33 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA XI – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

34 – Os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, I “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

35 – A cada serviço prestado, será emitido documento, nos termos do art. 73, I, “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93.

#### **CLÁUSULA XII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

36 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

36.1 – Pelo Consórcio, quando:

36.1.1 – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

36.1.2 – a detentora não retirar qualquer nota fiscal, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

36.1.3 – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

36.1.4 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

- 36.1.5 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 36.1.6 – por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 36.1.7 – a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;
- 36.1.7.1 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 36.2 – E por solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados que deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula IX, caso não aceitas as razões do pedido.

### **CLÁUSULA XIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO**

- 37 – A aquisição dos serviços da presente Ata do Pregão Presencial Nº 009/2018 - Registro de Preços será autorizada, caso a caso, pelo CISRU - Centro Sul.
- 37.1 – A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

### **CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

- 38 - Na sessão de abertura do Processo Licitatório Nº 019/2018 - Pregão Presencial Nº 009/2018, esteve presente o senhor: \_\_\_\_\_, portador da C.I Nº \_\_\_\_\_ inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, preposto da Empresa: \_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 39 – Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital do Pregão Presencial Nº 009/2018, seus anexos e a proposta da empresa retro qualificada classificada em 1º lugar no certame.
- 40 – Fica eleito o foro, da Comarca de Barbacena, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 41 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

| CISRU - Centro Sul       |                          | Nome da empresa        |       |
|--------------------------|--------------------------|------------------------|-------|
| CNPJ: 11.938.399/0001-72 |                          | CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx |       |
| (Contratante)            |                          | (Contratada)           |       |
| Nome:                    | José de Freitas Cordeiro | Nome:                  | _____ |
| C.I:                     | M-855430 SSP/MG          | C.I:                   | _____ |
| Cargo:                   | Presidente               | Cargo:                 | _____ |
| Testemunha 1             |                          | Testemunha 2           |       |
| Ass.:                    | _____                    | Ass.:                  | _____ |
| Nome:                    | _____                    | Nome:                  | _____ |
| C.I:                     | _____                    | C.I:                   | _____ |
| CPF:                     | _____                    | CPF:                   | _____ |



**ANEXO VI**

**MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO Nº XX/2018**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA CENTRO SUL – CISRU CENTRO SUL**, localizado na Rodovia BR-265, nº 1.501, Bairro Grogotó, CEP 36.202-630, em Barbacena - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 11.938.399/0001-72, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. José de Freitas Cordeiro, inscrito no CPF 245.186.116-91, portador da CI nº M 855430, residente e domiciliado na Rua Marquês de Bonfim, nº152, Bairro Praia em Congonhas/MG, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., situada na ....., Nº ....., Bairro ....., CEP ..... na cidade de..... Estado de....., neste ato representado por seu representante legal ....., portador da RG ....., inscrito no CPF sob o Nº....., residente e domiciliado na ....., Nº ....., Bairro ....., CEP ..... na cidade de ..... Estado de..... Estado de ....., doravante denominada **CONTRATADA**, assinam o presente contrato, nos termos da Lei Federal Nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e Decreto Federal Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, demais disposições legais aplicáveis, e do disposto no Edital do Processo Licitatório Nº 019/2018 – Pregão Presencial Nº 009/2018, nos termos e legislação subsequente, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** – Constitui objeto deste o Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de laboratório para realização de exames toxicológicos com coleta especializada de material, em atendimento ao artigo 168 da CLT (exames admissionais para motoristas profissionais), regulamentado pela Portaria 116/2015, conforme especificações descritas no Anexo I, parte integrante deste instrumento convocatório. Contratação exclusiva a empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempresa - ME ou Microempreendedor Individual – MEI.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1** - O regime de execução deste Contrato é o de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** em consonância com as descrições do Edital Nº 010/2018 e nos autos do Processo Licitatório N.º 019/2018 – Pregão Presencial Nº 009/2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**3.1** - Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, serão realizados pelo Setor de Recursos Humanos e pela Gerência de Logística.

**§1º** - O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por eventuais contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

**§2º** - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

São condições gerais deste Contrato:

**4.1** - Este Contrato regular-se-á pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, §1º, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

**4.2** - Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, parcialmente, com autorização do **CONTRATANTE**, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

**4.3** - Qualquer tolerância por parte do **CONTRATANTE**, no que tange ao cumprimento das obrigações, ora assumidas pela **CONTRATADA**, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o **CONTRATANTE** exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

**4.4** - O objeto deste Contrato deverá ser executado, dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas e práticas técnicas a ele pertinentes.

**4.5** - Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o **CONTRATANTE** e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da **CONTRATADA** designadas para a execução e entrega do objeto, sendo a **CONTRATADA** a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

**4.6** - A **CONTRATADA**, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao **CONTRATANTE**, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da entrega do objeto deste contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao **CONTRATANTE** o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO**

**5.1** - O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx reais).

**§1º** - O valor total deste Contrato para efeito de pagamento será fragmentado em parcelas de acordo com as ordens de serviço a serem encaminhadas pela **CONTRATANTE**.

| <b>ITEM</b> | <b>TIPO DE EXAME</b> | <b>QUANT.</b> | <b>VALOR UNIT.<br/>R\$</b> | <b>VALOR TOTAL<br/>R\$</b> |
|-------------|----------------------|---------------|----------------------------|----------------------------|
|-------------|----------------------|---------------|----------------------------|----------------------------|

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

**6.1** – Os recursos financeiros para cobertura das despesas decorrentes do presente processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, constante no orçamento vigente do CISRU Centro Sul:

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

**7.1** - A nota fiscal deverá ser emitida e enviada até o 5º dia do mês subsequente à realização dos serviços para o e-mail: [compras@cisru.saude.mg.gov.br](mailto:compras@cisru.saude.mg.gov.br) ou para o endereço do CISRU Centro Sul;

**7.2** - O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, através de ordem bancária, preferencialmente no Banco do Brasil S/A, devendo para isto ficar explicitado número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito ou ainda emissão de boleto bancário pela contratada;

**7.3** - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

**7.4** - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

**7.5** - O CISRU Centro Sul se reserva no direito de não efetuar o pagamento de consultas não realizadas no quantitativo total;

**7.6** - É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, antes de ser completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-limite da assinatura da Ata, indicada no título XI do presente Edital;

**7.7** - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico financeiro entre as partes.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

**8.1** – A coleta do material para a realização dos exames deverá ser feita no laboratório contratado (ou posto de coleta) e enviado dentro das normas e com total segurança ao laboratório especializado em toxicologia para os casos de subcontratação do serviço.

**8.2** - A empresa deverá atender aos quantitativos estabelecidos neste edital.

**8.3** - Para fins de controle do disposto no item anterior, durante a execução contratual a Contratada deverá encaminhar ao CISRU Centro Sul, relatório com a quantidade total de exames realizados no mês, constando nome do funcionário.

#### **CLÁUSULA NONA - DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**9.1** – O serviço deverá ser realizado em seu próprio estabelecimento (ou posto de coleta) no município de Barbacena/MG, sede do CISRU Centro Sul, em atendimento aos motoristas profissionais do Consórcio (condutores socorristas) que exercem suas funções no Complexo Regulador e nas bases descentralizadas, mediante encaminhamento em modelo próprio.

**9.2 .1** - Prazos para execução dos serviços:

**9.2.1.1** - Os exames serão agendados pelo Setor de RH do Consórcio e seus resultados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias no mesmo setor.

**9.3** - A Contratada será responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários, despesas eventuais, despesas incidentes sobre os serviços prestados que porventura sobrevier do presente objeto, bem como pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações decorrentes da realização de suas atividades, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que vier a empregar para a execução dos serviços, ora objetivados, inclusive as decorrentes de assembleias, convenções, acordos ou dissídios coletivos.

**9.4** - Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas aplicáveis à matéria, com a perfeição e zelo exigíveis na realização dos procedimentos objetivados pelo presente certame.

**9.5** - A Contratada deverá tratar os funcionários encaminhados pelo CISRU Centro Sul com respeito e urbanidade, e com rigorosa observância das regras de Deontologia Médica aplicáveis a esta natureza de serviço.

**9.6** - Os relatórios apresentados pela Contratada deverão ser vistoriados pelo Setor de Recursos Humanos do CISRU Centro Sul e Gerência de Logística, o quais ficarão responsáveis pela fiscalização da execução contratual, após verificação acerca da correção dos dados deles constante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES**

**10.1** - Constituem Obrigações da CONTRATADA:

**10.1.1** - Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, tributários, entre outros, seguros, em relação ao objeto da Licitação.

**10.1.2** - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma da prestação dos serviços e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste;

**10.1.3** - Aceitar os acréscimos e supressões nos quantitativos, de acordo com a Lei 8666/1993;

**10.1.4** - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**10.1.5** - Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste;

**10.1.6** - Ressarcir ao Consórcio ou terceiros, por prejuízos suportados, em razão de ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, durante a execução ou em razão dos serviços aqui objetivados;

**10.1.7** - Manter atualizada a documentação exigida pelo Consórcio, mediante a entrega de nova documentação, sempre que aquela estiver vencida, sob pena de suspensão de pagamento.

**10.1.8** - Manter durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação.

**10.1.9** - Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus prepostos, à Administração ou à terceiros, durante a prestação dos serviços, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado o valor do prejuízo apurado.

**10.1.10** - Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

**10.1.11** - Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento e de outras decorrentes da natureza da prestação de serviços a serem prestados;

**10.1.12** - Zelar e garantir a boa qualidade da prestação dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

**10.2** - Constituem Obrigações do **CONTRATANTE**:

**10.2.1** - Administrar o presente contrato, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento da prestação dos serviços realizados de acordo com a Cláusula Terceira.

**10.2.2** - Fornecer quaisquer orientações/esclarecimentos/informações referentes aos assuntos relativos à execução, sempre que necessário;

**10.2.3** - notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade ocorrida na prestação dos serviços, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados;

**10.2.4** - efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos neste CONTRATO;

**10.2.5** - efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;

**10.2.6** - exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;

**10.2.7** - indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

**10.2.8** - encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;

**10.2.9** - esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas;

**10.2.10** - autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

**10.2.11** - aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas neste ajuste de acordo com o Edital e as leis que regem a matéria, atentando, em especial, a Unidade para os procedimentos administrativos para a aplicação das sanções;

**10.2.12** - dar aceite na Nota Fiscal de prestação dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou a recusa do contratado em assiná-lo, dentro do prazo estabelecido pelo contratante, bem como o seu atraso, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades.

c) Rescisão do termo de contrato, sujeitando-se a contratada ao pagamento de indenização por perdas e danos à contratante.

d) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso, durante o qual, sem justa causa, não for cumprido o prazo fixado na proposta, acumulável com as demais sanções, que poderá ser descontada em eventuais créditos existentes junto ao CISRU - Centro Sul.

e) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme a forma do art.87, IV da Lei n.º 8.666/93.

f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.2** - O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

**11.3** - As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

**11.4** - Rescisão unilateral da ata de registro sujeitando-se ao pagamento de indenização, por perdas e danos, quando couber.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**12.1** - O contrato derivado desta licitação poderá ser rescindido em decorrência dos motivos previstos no art.78, da lei 8.666/93, na forma determinada no art.79 e 80 da mesma lei;

**12.2** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

**12.3** - No caso de rescisão do contrato, e não sendo devida nenhuma indenização ou reparação pela contratada, a contratante responderá pelo preço dos produtos devidos, até a data da efetiva rescisão. Em igual situação, a contratada deverá restituir à contratada toda e qualquer quantia que lhe tenha sido, eventualmente, adiantada, por conta de produtos ainda não entregues;

**12.4** - Operar-se-á de pleno direito à rescisão deste contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula décima primeira, quando ocorrerem às hipóteses enumeradas no art.78 da Lei nº 8.666/93;

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

**13.1** - O presente contrato vigorará pelo período compreendido entre a data de sua assinatura até \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ABSTENÇÃO**

**14.1** - A abstenção pelo CONTRATANTE do uso dos direitos que lhe são assegurados neste contrato não será considerada novação ou renúncia.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

**15.1** - Os casos omissos serão resolvidos pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8666/93, no que couber.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

**16.1** - A eficácia do presente instrumento depende de sua publicação, em caráter de “extrato”, por publicação no “Mural de avisos e publicações” – Órgão oficial de imprensa do CISRU Centro Sul.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Barbacena/MG, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente contrato, renunciando as partes contratadas qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Barbacena, xx de xxxxxxxx de 2018.

CISRU Centro Sul  
CNPJ: 11.938.399/0001-72  
(Contratante)

Empresa contratada  
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
(Contratada)

Nome: José de Freitas Cordeiro

Nome:

C.I: M-855430 SSP/MG

C.I:

Cargo: Presidente

Cargo:

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I: \_\_\_\_\_

C.I: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO  
EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 019/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º: 009/2018**

.....inscrita no CNPJ nº ....., por  
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
.....portador(a) da carteira de identidade nº.....e o  
CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8666  
de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de  
dezesesseis anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).**

.....  
(Local e data)

(Assinatura e nome)

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**